



JORNALISMO E PROCESSOS SOCIOCULTURAIS NA AMAZÔNIA: RESSONÂNCIAS IDEOLÓGICAS NA COBERTURA AMBIENTAL

Journalism and sociocultural processes in the Amazon: ideological reverberations in environmental press coverage

Periodismo y procesos socioculturales en la Amazonia:
reverberaciones ideológicas en la cobertura de la prensa ambiental

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues¹
Gleilson Medins de Menezes²
Rafael de Figueiredo Lopes^{3, 4}

RESUMO

Propõe-se uma discussão entre processos socioculturais na Amazônia e a produção jornalística ambiental na região. O objetivo é apontar ideias construídas na historicidade e suas inter-relações com a cobertura de eventos climáticos extremos, por periódicos

¹ Doutor e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (UFAM). Diretor da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/UFAM), líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (CNPq/UFAM), coordenador do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo na Amazônia (LABJAM), professor no curso de graduação em Jornalismo e nos Programas de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia e Ciências da Comunicação (UFAM). E-mail: allan30@gmail.com.

² Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFAM). Coordenador Administrativo e Técnico Audiovisual da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/UFAM). E-mail: audiovisualufam2@gmail.com.

³ Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Possui mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas e graduação em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: rafaflopes@bol.com.br.

⁴ Endereço de contato dos autores (por correio): Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroadó I, Manaus - AM, CEP: 69067-005, Brasil.

amazonenses. Trata-se de um estudo bibliográfico interdisciplinar, com uma abordagem pós-colonial, baseada em aportes da comunicação, sociologia, antropologia e ciências do ambiente. Percebe-se que a disseminação de ideias sobre a Amazônia (por elites políticas, econômicas, intelectuais e científicas) no processo histórico, forjou uma imagem sociocultural sobre a região que se mantém na contemporaneidade, inclusive no jornalismo ambiental e na divulgação científica.

PALAVRAS-CHAVE: Processos socioculturais na Amazônia; Comunicação; Jornalismo ambiental; Eventos climáticos extremos.

ABSTRACT

This paper proposes a discussion between sociocultural processes in the Amazon and the environmental journalistic production in the region. The objective is to point out ideas built on historicity and its interrelations with the coverage of extreme climatic events by Amazonian newspapers. Is an interdisciplinary bibliographical study, with a postcolonial approach, based on contributions of communication, sociology, anthropology and environmental sciences. The dissemination of ideas about the Amazon (by political, economic, intellectual, and scientific elites) in the historical process, has created a socio-cultural image about the region that remains, including contemporary environmental journalism and scientific dissemination.

KEYWORDS: Sociocultural processes in the Amazon; Communication; Environmental journalism; Extreme weather events.

RESUMEN

Este artículo propone una discusión entre procesos socioculturales en la Amazonia y la producción periodística ambiental en la región. El objetivo es apuntar ideas construidas en la historicidad y sus interrelaciones con la cobertura de eventos climáticos extremos, por diarios amazonenses. Es un estudio bibliográfico interdisciplinario, con abordaje post-colonial, basado en aportes de la comunicación, sociología, antropología y ciencias del ambiente. Se percibe que la disseminación de ideas sobre la Amazonia (por elites políticas, económicas, intelectuales y científicas) en el proceso histórico, forjó una imagen



sociocultural sobre la región que se mantiene, incluso en el periodismo ambiental y en la divulgación científica contemporánea.

PALABRAS CLAVE: Procesos socioculturales en la Amazonia; Comunicación; Periodismo ambiental; Eventos climáticos extremos.

Recebido em: 26.02.2018. Aceito em: 20.03.2018.. Publicado em: 23.04.2018.

Introdução

A Amazônia são várias. Afinal, é impossível limitar as perspectivas compreensivas sobre uma região com 7,8 milhões de quilômetros quadrados, que perpassa nove países da América do Sul e apresenta variadas paisagens naturais e complexos arranjos sociais, culturais e econômicos, em consequência de diferentes formas de ocupação no processo histórico. A Pan-Amazônia, com mais de 34 milhões de habitantes e mais de 350 povos indígenas, descortina-se na maior floresta tropical, biodiversidade e bacia hidrográfica do planeta, sem contar nas jazidas minerais e valiosos recursos vegetais e animais que sempre despertaram a cobiça e aceleraram atividades exploratórias-predatórias. No Brasil, a região é denominada de Amazônia Legal e ocupa cerca de 60% do território, estendendo-se pelos Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia,

Acre, Amapá, Maranhão, Tocantins e parte do Mato Grosso, o que corresponde a sete vezes o tamanho da França.

Portanto, uma região de importância inestimável para a humanidade, cuja conservação é considerada essencial para o equilíbrio ambiental do planeta, pois a floresta influencia na umidade e no regime de chuvas da América do Sul e estabiliza o clima global. Consequentemente, impacta em atividades econômicas, problemáticas urbanas, saúde pública entre outras questões de ordem social em âmbito sul-americano e também mundial. Nesse sentido, a Amazônia edificada como um “símbolo da sustentabilidade universal” também é permeada pelos mais variados interesses ideológicos (políticos, econômicos, científicos, socioculturais).

A construção de uma imagem-ideia sobre a Amazônia não é novidade. Se hoje tem uma embalagem ecológica, com o foco em superlativos ambientais e na sua ameaça, é porque já passou por

⁵A Pan-Amazônia compreende áreas territoriais do Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

inúmeras outras representações, desde quando os europeus impuseram valores culturais sobre os que regiam as populações originárias. Na historicidade, estas construções ideológicas⁶ limitadoras, produzida pelos interesses das elites, acentuaram desigualdades, invisibilizaram culturas, dizimaram povos, silenciaram línguas, desmitificaram crenças, homogeneizaram complexidades e, conseqüentemente, estigmatizaram a região e suas populações tradicionais.

Consideramos que a questão está no cerne de um contexto muito complexo. Becker (2004) adverte que o interesse na Amazônia é uma questão

⁶Neste artigo, a questão ideológica é pensada a partir de Thompson (2000). Para o autor a ideologia vai além dos discursos e ações que mascaram a verdade pelas aparências, pois não seria uma ilusão da realidade ou de uma falsa consciência, portanto, concentra-se em aspectos das relações de dominação. Ao analisar ideologia e cultura, Thompson (2000) elabora uma *Teoria social da comunicação de massa*. Desse modo, oferece um referencial crítico para análise dos fatos comunicacionais, que abrange desde o contexto sócio histórico onde se dão os fatos, até os processos de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas. Diante disso, salientamos que nossa posição ideológica enquanto comunicólogos está posta no intuito de promover mais autonomia na produção jornalística a partir das percepções da Amazônia sobre ela mesma.

geopolítica da globalização, pois é uma das mais importantes fronteiras do capital natural (juntamente com a Antártida e os fundos marinhos). A autora vê duas vertentes principais nas disputas ideológicas pela preservação da região. A primeira seria de ordem civilizatória ou cultural, na qual nota-se uma preocupação legítima com a natureza, pela questão da vida, inclusive fomentando movimentos ambientalistas. A outra vertente está ligada aos interesses econômicos na relação biodiversidade x tecnologia x recursos hídricos, numa lógica capitalista que vê a natureza como um recurso escasso e reserva de valor comercial para o futuro.

Diante da atmosfera exposta, propomos a articulação de um circuito comunicacional compreensivo, imbricado em processos socioculturais acerca da Amazônia, discutindo a produção jornalística ambiental na região. O objetivo é apontar ideias construídas na historicidade e suas inter-relações com a cobertura de eventos climáticos extremos, nos anos de 2005 e 2010, por periódicos

amazonenses, tendo por base estudo já publicado (RODRIGUES, 2017). Trata-se de uma investigação bibliográfica interdisciplinar, com uma abordagem Pós-colonialista⁷, embasada em aportes da comunicação, sociologia, antropologia e ciências do ambiente.

Na primeira e segunda partes, construímos uma narrativa contextual, ancorada em aspectos antropológicos, da pré-história às tecnologias do imaginário, para nos aproximarmos de algumas configurações estabelecidas em processos socioculturais na Amazônia. Na terceira parte tratamos de impressões acerca do desenvolvimento da imprensa na Amazônia. Por fim, enfocamos o jornalismo ambiental no Amazonas, refletindo sobre a atividade, com base nas

⁷ Nessa perspectiva de abordagem teórica-conceitual-metodológica, adotamos a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2004), que define o Pós-colonialismo como um conjunto de correntes teóricas e analíticas, originado a partir dos Estudos Culturais, mas atualmente bastante difundido entre as ciências sociais e humanas, dando primazia teórica e política na crítica das relações desiguais entre o Norte (elites hegemônicas) e o Sul (periferias subalternizadas) nas explicações e compreensões de mundo. Contudo, não descartamos o diálogo com autores de outros vieses.

discussões das sessões anteriores e na análise da cobertura de eventos climáticos extremos, publicadas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas.

Assim, delineamos cenários contextuais para compreendermos como a construção cultural sobre a região foi tomando corpo no processo sócio histórico e na mídia impressa, procurando descobrir camadas simbólicas e propondo uma leitura crítica sobre processos comunicacionais na Amazônia, especialmente em relação à cobertura jornalística ambiental. Nesse sentido, também procuramos provocar uma reflexão colateral em torno do compromisso ético do jornalismo e suas contraposições frente aos aparelhos ideológicos hegemônicos e aos interesses comerciais das empresas de comunicação.

1. Ambientes socioculturais e estigmas do subdesenvolvimento

Muito antes da chegada dos exploradores europeus, no século XVI, a

Amazônia já era uma região povoada. Vestígios arqueológicos e conjecturas antropológicas (com base na análise de artefatos cerâmicos, geoglifos, terras genealógicas, pinturas e inscrições rupestres), indicam a presença humana na região há milhares de anos, conforme Prous (2007). Uma das hipóteses mais difundidas é que as populações amazônicas originam-se de um longo processo migratório, iniciado entre o extremo leste do continente asiático e o extremo oeste do continente americano. Acredita-se que os primeiros grupos possam ter chegado há 20 mil anos, descendentes de povos provenientes da Ásia que alcançaram a América, pelo Estreito de Bering, e povoaram o continente do norte ao sul, acompanhando as grandes manadas de animais, já que sobreviviam como caçadores-coletores (PROUS, 2007).

Quando os primeiros grupos humanos chegaram à região amazônica, a vegetação era formada por savanas com manchas de florestas ciliares, porém, salienta-se que, entre seis e sete mil anos

atrás, o planeta passou por profundas mudanças climáticas que impactaram na transformação gradual da paisagem geográfica da região. Tornou-se mais quente e úmida, com isso houve a expansão da floresta equatorial, como aponta Prous (2007, p. 14), pois “além dos vestígios culturais, os vestígios naturais informam sobre o paleoambiente: clima, vegetação, fauna e topografia, que mudaram ao longo do tempo, influenciando as coletividades humanas”.

Uma das consequências desse processo natural foi o aumento dos recursos para a alimentação, caracterizando uma segunda fase na ocupação da Amazônia. Os grupos humanos passaram a se fixar em determinadas áreas onde começaram a praticar a agricultura e intensificar a fabricação de objetos e utensílios cerâmicos. Com o surgimento da chamada “Cultura de Floresta Tropical” (com relações sociais, culturais, comerciais e de poder), os povos que habitavam a região diversificaram suas práticas culturais e constituíram-se em

diferentes sociedades (também marcadas por conflitos e guerras).

Neste contexto ocorreu o encontro entre as populações originárias e os desbravadores europeus. Mas, tal cenário sociocultural estava configurado por outros nexos de entendimento, comparado à lógica dos colonizadores. Estes, por sua vez, acabaram construindo e cristalizando ideias sobre a Amazônia a partir de suas perspectivas etnocêntricas, iniciando uma terceira fase de ocupação, impondo seus valores aos povos já estabelecidos.

A partir daí, no decorrer do processo sócio histórico, diferentes “forças do atraso” (PINTO, 2006) atribuíram (e ainda atribuem) à região amazônica “estigmas do subdesenvolvimento sobre o homem e a terra” (RIBEIRO, 2015). Do ponto de vista da comunicação, desde os primeiros relatos dos exploradores europeus sobre a região até os dispositivos midiáticos da contemporaneidade, propagam-se ideias impulsionadas por percepções preconceituosas e suplementadas pelo exotismo.

A “invenção da Amazônia” (GONDIM, 2007), sob a ótica estrangeira, foi difundida pela literatura, pelas artes, pela ciência e pelo senso comum, na derivação generalizada de opiniões, discursos, estéticas e representações. Tais referenciais são incapazes de abarcar a complexidade da região, suas problemáticas, e as inter-relações entre sociedades, culturas e ambientes naturais. Portanto, formas de ser e estar no mundo foram sendo destituídas no rastro da lógica ocidental do “processo civilizador” (ELIAS, 1994), considerando que os moldes sociais e mecanismos de controle, ditados ao longo da história dos costumes, pela presumida superioridade de elites hegemônicas, determinam as regras e a contenção das pulsões espontâneas e, assim, modificam hábitos, comportamentos e sentimentos.

Nesse fluxo de ações, informações e suas contínuas reelaborações, as tecnologias do imaginário e os meios de comunicação massivos (jornal, revista, rádio, cinema, TV, publicidade, internet), sobretudo a partir do século XX, se

encarregaram de enraizar, propagar e acentuar ideias e preconceitos. Um panorama configurado por redes de interdependências relacionais, geralmente, mediadas por discursos ideológicos e relações de poder (político, econômico, religioso, midiático) em diferentes contextos socioculturais (LOPES, 2016).

Assim, a Amazônia vem sendo criada e recriada, passando por diferentes configurações dependendo do contexto histórico e dos interesses dominantes, que ora a caracterizam como um paraíso perdido ora como um inferno verde, o eldorado de riquezas ou um dos lugares mais atrasados do mundo, a terra das oportunidades, o pulmão do mundo, o cenário de violentos conflitos agrários, o símbolo da luta ecológica, etc.

Tais construções, no entanto, geralmente são estabelecidas na continuidade da ótica dos colonizadores (dos exploradores do passado aos atuais), em concepções (estrangeiras) que hierarquizam, comparam, classificam e subalternizam o “outro” (sujeitos

amazônicos). Atribuem às populações amazônicas características de selvageria e barbárie diante da civilidade e supremacia branca (“sujeitos dominantes”). Desse modo, a diversidade sociocultural da Amazônia (e suas formas de perceber e estar no mundo) é vilipendiada continuamente e até considerada um entrave para o desenvolvimento regional.

A imposição simbólica de uma inferioridade-atribuída passou a dar uma espécie de autorização dissimulada, que além de afirmar a dominação promove o extermínio de culturas tradicionais. Nesse sentido, “existe, portanto, uma produção do atraso, como existe um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades” (PINTO, 2006, p. 31).

Ao examinarmos discursos sobre a Amazônia, procuramos descobrir camadas de significados na tentativa de compreender este complexo processo. Pizarro (2012) destaca três expedições exploratórias que forjaram decisivamente a imagem sociocultural da região pelo ocidente. A viagem do espanhol Francisco

de Orellana, em 1541, a expedição de Pedro Urzúa, em 1559, e a viagem de Pedro Teixeira, em 1639. A partir do século XVIII, os discursos foram se transformando e adquirindo um caráter mais racional, mediante relatos que procuravam descrever, analisar e classificar a região, com base nas experiências empíricas que refletiam os primórdios da ciência moderna, conforme Pizarro (2012). Entretanto, mesmo ancoradas na racionalidade, são ideias que não escaparam de incorreções, omissões e preconceitos.

Os diversos relatos que construíram essa série de representações sobre a natureza, os animais e os habitantes do território amazônico, correspondem aos pensamentos vigentes e aos lugares de fala daqueles que determinaram a perspectiva da historiografia oficial. Soberanos políticos e religiosos, filósofos e intelectuais, artistas e naturalistas, principalmente do século XVI ao início do século XX, deram o tom das ideias sociais sobre a região. Nesse período, a vigência de determinados princípios religiosos,

filosóficos e científicos serviam de base para a construção do olhar para Amazônia. Desse modo, conforme Carvalho Júnior (2011), estabeleceram-se parâmetros para a observação e interpretação acerca da região.

Na concepção religiosa, os povos originais representavam a desordem e, por isso, eram associados ao demônio, como salienta Carvalho Júnior (2011, p. 83), ao explicar que “os monstros no imaginário europeu foram sempre a figuração do mal, da desordem. A natureza, pelos ditames de Deus, só produzia a ordem. A desordem era produzida pela natureza demoníaca”. Do ponto de vista científico, eram tratados por categorias das ciências naturais, como espécies de animais e até vegetais. Atribuía-se à fenômenos climáticos e geográficos a influência de suas características como a cor da pele, anatomia, indolência, incapacidade intelectual, incivilidade, comportamento agressivo, vícios, lascívia, fraqueza física e o apego à superstições, conforme Carvalho Júnior (2011).

Entre o séculos XVIII e XIX, alguns cientistas europeus tentaram imprimir outras concepções ao refutarem teorias discriminatórias e sem base empírica, mas as representações negativas eram tão fortes que se espalharam e se enraizaram no imaginário ocidental, principalmente pela disseminação do pensamento de naturalistas franceses e britânicos, devido às suas influências na produção do conhecimento da época.

Dando um salto temporal, observa-se que no século XX, no chamado período desenvolvimentista da Amazônia, sobretudo no período da ditadura militar, com o discurso “integrar para não entregar” ou “o progresso do Norte precisa de estradas e indústrias”, os “empreendimentos” para alavancar a região foram noticiados pela imprensa como grandes exemplos de desenvolvimento econômico e modernização. Foi um período marcado pela construção da Transamazônica e da implantação da Zona Franca de Manaus. Os meios de comunicação, controlados

pelo DIP8, influenciavam a opinião pública e negligenciavam assuntos que fossem contra os interesses do Estado, inclusive encobrindo problemas sociais, ambientais e étnicos, quando estes eram considerados entraves para o “desenvolvimento” da região (COSTA, 2011).

Desse modo, quando relacionamos as ideias construídas historicamente na imbricação de processos socioculturais e comunicacionais, fica mais claro compreender o noticiário contemporâneo acerca da região. Para Gondim (2007), a Amazônia recriada pelos jornalistas contemporâneos não é tão diferente da Amazônia inventada pelos europeus, que vinham em busca das Amazonas e de cenários exóticos. Conforme a autora, em ambas as criações, a ficção e a realidade se embaralham permanentemente.

O processo de construção da notícia é complexo. O jornalista olha pelos outros e se ancora no “real” para garantir a

⁸O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado por decreto no governo de Getúlio Vargas, em 1939, era um instrumento de censura e propaganda governamental.

“veracidade” da notícia. Contudo, é uma fabricação fragmentada, intersubjetiva e superficial, pois há inúmeros fatores que interferem na contextura de uma notícia ou de uma reportagem. O profissional descreve os fatos a partir de sua perspectiva de mundo, valores éticos, viés profissional etc., e assim escolhe o recorte, o direcionamento e os sujeitos que vão ilustrar determinada situação. Fora isso, há imposições ideológicas, organizacionais, editoriais, entre outras situações que envolvem a produção jornalística.

Costa (2011) reforça que os jornalistas costumam trabalhar sob pressão e as decisões editoriais são tomadas a partir de “ideias feitas” e as concepções do senso comum impõem-se, intrinsecamente, da elaboração das pautas até a edição final das notícias ou reportagens. Desse modo, o jornalismo espetaculariza os fatos com a manutenção de uma atmosfera mítica em torno da Amazônia, ou da ênfase no ambiente natural e na subalternização das populações locais. As narrativas

contemporâneas são consonâncias recorrentes, em consequência das mesmas características que podemos perceber em apontamentos pregressos.

É importante ressaltar que os discursos também são sustentados pelas representações imagéticas sobre a Amazônia. A mídia (impressa ou audiovisual) destaca a amplitude do espaço natural e aspectos folclóricos. A vegetação, os rios, os animais, as lendas e mitos, são expostos como traduções máximas sobre a região. Entretanto, a ênfase nestes aspectos limita a compreensão acerca de uma região complexa e que também apresenta inúmeras outras características. A presença humana geralmente fica em terceiro plano nas narrativas sobre a região. As imagens dos canoeiros na imensidão dos rios, pequenas casinhas em meio a densas florestas ou indígenas pintados e ornamentados. Assim, os sujeitos amazônicos quase sempre são subjugados ou ganham contornos demasiadamente romantizados (LOPES, 2016).

Nesse sentido, fortifica-se um discurso colonial na contemporaneidade, afirmado pela mídia (a serviço de interesses políticos e econômicos), podendo manipular a opinião pública ou naturalizar os apagamentos de culturas tradicionais. Diante disso, podemos sugerir que no jornalismo dos grandes grupos midiáticos, e conseqüentemente engendrado em interesses econômicos e políticos, a pluralidade cultural da Amazônia vira estereótipo (pela contextualização exótica). As diferenças regionais, quando comparadas ao centro-sul do país ou europeu e estadunidense, remetem ao atraso civilizacional e subdesenvolvimento econômico.

Assim, na circularidade de velhos códigos (re)significados, as autoridades políticas, econômicas, científicas, culturais e midiáticas reforçam um pretense domínio e supremacia ao reportarem-se à região. Nesse sentido, o jornalismo pode contribuir simbolicamente para a "(re)produção do atraso" sobre a Amazônia, ao reelaborar e propagar ideologias que vem sendo consolidadas

historicamente pelos interesses de grupos dominantes.

2. Navegando por redes comunicacionais

Refletir sobre processos socioculturais e comunicacionais na Amazônia é como navegar por uma emaranhada rede de rios sinuosos que interliga arquipélagos de saberes, experiências e outras possibilidades de ser e estar no mundo. Nessa viagem, a aparente metáfora da aventura se expressa no cotidiano prático da vida humana na região. E, quando sua compreensão transcende clichês e estereótipos exóticos, descortina-se a força de um ethos, estabelecido na relação ecossistêmica entre homem e natureza, que se expressa em singularidades e multiplicidades de processos socioculturais característicos deste ambiente complexo.

Prado Júnior (2007), com seu olhar dialético-histórico, faz uma análise sobre a presença humana na região amazônica e sua relação com os rios e as atividades

econômicas. Reflete sobre o processo de colonização, desde a época em que a região era alvo de interesses e disputas entre ingleses, holandeses, espanhóis e portugueses. Nesse contexto, o autor destaca a exploração da produção extrativista em escala comercial, com a exportação dos produtos de origem vegetal e animal.

Prado Júnior (2011, p. 228) caracteriza a constituição geográfica do vale do rio Amazonas como uma “linha de comunicação transcontinental”, ligando os Andes ao Atlântico. Conforme o autor, o efeito dos rios determina um gênero particular de vida na região e funciona como sua principal via de comunicação e atração populacional. Nesse sentido, atribui às chamadas “estradas líquidas”, a explicação para o povoamento ter ocorrido principalmente nas margens dos rios (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 213).

Mas, a constante remodelação fisiográfica da Amazônia, de acordo com Prado Júnior (2011), em função do clima, vegetação e regime das águas, sempre

dificultou a fixação de grupos humanos não acostumados à dinâmica da natureza amazônica, bem como o desenvolvimento de algumas atividades econômicas, a exemplo da agricultura. Já os povos tradicionais estavam preparados tanto para a coleta dos produtos naturais, a caça e a pesca, quanto para conduzir embarcações pela intrincada geografia da região, onde a locomoção e o transporte de cargas se faz essencialmente por via fluvial⁹. Sendo assim, para vencerem os percalços e executarem seus objetivos de exploração e colonização, os brancos precisaram aprender com os indígenas, em convívios nem sempre amistosos.

Nesse cenário, ao longo do processo histórico-político brasileiro

⁹A discussão sobre a comunicação pelos rios na Amazônia é pertinente na contemporaneidade, pois a navegação fluvial continua sendo o mais importante meio de circulação. As principais cidades da região ainda hoje se localizam às margens de rios. E, conseqüentemente, isto proporciona uma série de relações comunicacionais, que permanecem estabelecidas nas confluências do ambiente, (re)configuradas por outros códigos, plataformas, canais de transmissão e difusão, maneiras de recepção e processamentos, que por sua vez são resultantes do processo sociocultural e tecnológico, que caracterizam a vida na Amazônia em diferentes momentos históricos.

(colônia, império, república), foram se sucedendo conflitos humanos e mudanças socioculturais na Amazônia¹⁰. Pois, diferentes conjunturas políticas e econômicas impulsionaram a miscigenação racial, o avanço do povoamento, o surgimento de cidades, a diversificação de atividades, os problemas ambientais, as disputas por terra, e, conseqüentemente, a transformação das relações sociais.

As mutações observadas no plano histórico, sociológico, antropológico e ambiental, estão imbricadas em processos comunicacionais. Pois, nestas inter-relações e interdependências entre grupos humanos e diferentes atividades culturais e econômicas, os rios e suas

¹⁰Em *O Paiz do Amazonas*, Marilene Corrêa da Silva apresenta uma abordagem que expõe múltiplas características sobre a Amazônia e suas populações, desconstruindo as visões centradas em análises unidimensionais sobre a região. Para discutir a formação da sociedade amazônica, ente os séculos XVI e XIX, e a dicotomia existente entre a região e o Brasil, a autora apresenta três modelos socioculturais que se entrelaçam: a Amazônia lusitana, a brasileira e a indígena. As relações entre estes cenários nos permite compreender a Amazônia por uma abordagem que amplia a percepção crítica sobre aspectos socioculturais, políticos e econômicos (SILVA, 2004).

rotas fluviais funcionam como uma espécie de mediação das relações sociais e, desse modo, configuram-se como agentes da comunicação na Amazônia - em seu sentido amplo, considerando a comunicação territorial (circulação e transportes), interpessoal (relação entre pessoas), organizacional (atividades econômicas e instituições), social (meios de comunicação de massa). Nestes fluxos, constantemente cambiantes, intermediados por inúmeras codificações simbólicas, se estabelecem modos de ser, compreender e estar no mundo.

Colferai (2014) também observa os fenômenos nesta perspectiva relacional e propõe um ponto de vista descolonizado sobre a Amazônia, ao pensar a região a partir da própria Amazônia. O autor trata de forma dialógica as relações entre o local e o universal, enfatizando que as multiplicidades perpassadas entre o ser humano, a natureza, as tecnologias da comunicação e informação não estão apartadas, pois são relações que compõem um “ecossistema comunicacional”. Para Colferai (2014), a

Amazônia é uma das regiões do planeta onde as relações entre o ser humano, o ambiente e a tecnologia não se impõem sob a regra de leis inflexíveis, já que decorrem de mestiçagens e hibridismos. As fronteiras geográficas, sociais e culturais se movem e se transformam conforme os ciclos da natureza na região¹¹.

A relação simbiótica de populações amazônicas e seus ambientes é percebida em Tocantins (2000), que interpreta o cotidiano sociocultural do homem amazônico a partir da sua relação com a natureza. O autor enfoca a influência dos rios na vida das populações amazônicas, salientando que esta particularidade interfere no modo de vida, no comportamento, nos costumes, nas manifestações folclóricas, nas características psicossociais e até mesmo nas crenças religiosas. Faz uma

abordagem complexa e multifacetada, sendo que para alguns críticos sua perspectiva é reflexo do imaginário colonizado¹².

Tocantins (2000) também chama a atenção para o interesse internacional sobre a Amazônia, levando em consideração a importância de sua biodiversidade e abundância de recursos hídricos. Desse modo, abre discussões sobre geopolítica, desenvolvimento econômico, integração e sustentabilidade. Para o autor, apesar da luta do homem para dominar a natureza, pelos dispositivos culturais e tecnológicos ao longo dos séculos, percebe-se que a força do meio se impõe de forma poderosa.

¹¹Um exemplo prático disso são as marombas (currais flutuantes ou suspensos), construídas para confinar o gado durante os meses de cheia nas áreas de várzea. Em função do ambiente o homem cria dispositivos, adapta suas atividades econômicas e as dinâmicas sociais do seu cotidiano.

¹²Alguns pesquisadores reconhecem a percepção avançada de Leandro Tocantins para o contexto da época, mas mantêm ressalvas sobre o trabalho do autor paraense, ao considerarem que, intrinsecamente, o escritor de *O rio comanda a vida*, sustenta ideias colonizadas em sua obra e afirmando um pensamento desenvolvimentista. Pacheco (2008, p. 09), por exemplo, sugere que Leandro Tocantins utiliza artifícios retóricos apoiados numa visão exótica sobre a natureza e os povos tradicionais para dar vazão à poesia, pois ao longo de suas obras "procurou relativizar as responsabilidades econômicas das elites amazônicas em relação à decadência econômica da região", ao abordar a modernização capitalista da região.

Contudo, pode existir harmonia e respeito, pois considera que há “uma associação quase mística” entre o homem e a natureza, na qual o fluxo das águas pode condicionar até mesmo os destinos humanos (TOCANTINS, 2000, p. 278). Isto, nos permite fazer uma ligação com a ideia ecossistêmica comunicacional (COLFERAI, 2014), e também dialogar com o conceito de auto-eco-organização¹³ (MORIN, 2010), para uma compreensão em teias reticulares sobre a Amazônia.

Castro (2012) procura trazer um olhar mais panorâmico sobre os meios de comunicação na Amazônia, propondo um estudo organizacional e sistêmico, no qual delinea um mapa dos diversos subsistemas midiáticos presentes na região. Categoriza os grupos de comunicação de grande expressão política e econômica, as empresas de médio porte, as redes religiosas de

comunicação, as redes públicas, estatais e educativas, as organizações de radiodifusão comunitária e de comunicação popular, e as empresas de comunicação de expressão política e econômica locais. Desse modo, aponta pistas sobre como o poder político, econômico e religioso se entrelaçam com as linhas editoriais dos veículos de comunicação.

Em virtude de sua interdisciplinaridade, o campo da comunicação é vasto. Portanto, os sistemas comunicacionais na Amazônia precisam ser compreendidos nas inter-relações dos processos socioculturais, diante das interdependências entre circulação territorial, meios de comunicação social, interesses organizacionais, dicotomias regional x global, etc. Assim, percebemos a interação entre ambientes e processos socioculturais (re)configurando novas redes comunicacionais, conforme a sociedade se complexifica.

¹³ Conforme Morin (2010), o sujeito está no mundo e o mundo está no sujeito de forma indissociável e hologramática, pois o homem se organiza no mundo conforme se relaciona com o ambiente em que vive.

3. Impressões da imprensa na Amazônia

Munaro (2017) reforça que o início da imprensa na Amazônia ocorreu em paralelo às transformações sociais, políticas e econômicas proporcionadas pelo Ciclo da Borracha, quando Manaus e Belém ganharam ares cosmopolitas, e cidades como Itacoatiara, Manicoré, Lábrea, Parintins e Santarém, importantes portos na rede hidrográfica amazônica, também passaram a experimentar o processo de modernização e a incorporação de novos hábitos, nos moldes europeus, na tentativa de fugir do estigma do atraso e das heranças indígenas.

A mídia impressa se converteu no final do século XIX num elemento fundamental para o processo de constituição de uma identidade amazônica, permitindo o seu diálogo com o restante do Brasil, ainda que isso acontecesse na forma de uma negociação sempre tendente a absorver a nação forjada a partir do Rio de Janeiro (MUNARO, 2017, p. 99).

No Amazonas, segundo Munaro (2017), os jornais impressos já nasceram para atender os anseios políticos e

econômicos das elites, escorados em discursos republicanos e no racionalismo positivista. As preocupações sociais e os interesses mais amplos da população só foram ganhar destaque na imprensa manauense em meados do século XX. O rádio e o cinema, na primeira metade do século XX, e posteriormente a TV, também passaram a exercer influência nos discursos sobre a região. No caso do rádio, impulsionado principalmente pela política do Estado Novo, com a ideologia da integração nacional, e em seguida com a exploração do potencial comercial. Já o cinema pioneiro na região, especialmente por meio dos filmes de Silvino Santos, tinham o intuito de mostrar as potencialidades econômicas da região para o público nacional e internacional, e mesmo sendo documentários narravam a região por uma perspectiva exótica.

Tanto a imprensa quanto a radiodifusão e o cinema "refletiam o desejo do homem amazônico figurar no panorama político brasileiro, garantir uma forma de filiação, fixar uma memória

relativa à importância da sua terra e gente” (MUNARO, 2017, p. 110), ao mesmo tempo em que influenciaram a mobilização popular para determinadas propostas políticas e a construção de identidades sociais, mesmo com as limitações técnicas devido às características geopolíticas da região.

Assim, a cobertura sobre as periferias das cidades e o interior e os anseios das populações tradicionais foram sendo relegados, na busca por uma afirmação de civilidade e modernidade. No Pará, os impressos começaram a circular na década de 1820. Já o primeiro periódico do Amazonas foi o jornal Cinco de Setembro, fundado por Silva Ramos, em 1851. O nome faz alusão à data de desmembramento da Província do Amazonas da Província do Grão-Pará e, conforme Bittencourt (1973), o jornal noticiava atos do governo e evidenciava pessoas ligadas ao Estado.

Assim, a partir da metade do século XIX uma série de jornais foi fundada para traduzir os interesses de grupos político-econômicos consolidados ou em

emergência. No interior do Amazonas o primeiro jornal foi O Itacoatiara, de 1874, extinto no ano seguinte. O Comércio do Amazonas, de 1869, foi o primeiro a apresentar ilustrações e também passou a discutir questões mais amplas da sociedade. Até meados da década de 1880 os jornais circulavam em publicações alternadas e quase nunca ultrapassavam dois anos de atividades, segundo Anthony (2004).

Com a abolição da escravatura (1888) e a proclamação da república (1889) o jornalismo impresso passou por um período de mudanças. O Diário Oficial do Amazonas foi criado em 1892, pelo governador Eduardo Ribeiro e, conforme Anthony (2004), nesta época também foi sendo diversificada a circulação de jornais impressos e manuscritos. Segundo o autor, até meados da década de 1920 oito periódicos (quase todos com circulação quinzenal) caracterizavam-se pela abordagem de temáticas de política local e nacional, esporte e economia, além da crônica das personalidades da alta sociedade. Em 1943 o Jornal do

Comércio, que circulava desde 1904, foi comprado pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand (o maior grupo empresarial de comunicação brasileiro na época), tornando-se um dos principais veículos de comunicação do norte do Brasil.

Entre as décadas de 1920 e 1930 a imprensa amazonense foi impulsionada pela Empresa de Comunicação Archer Pinto, que em seus periódicos, O Jornal e Diário da Tarde, passou a tratar de assuntos policiais, problemas de ordem social, demandas urbanas, além de começar a priorizar os anúncios comerciais e o uso de fotografias. Também observa-se neste período a expansão das colunas sociais, de moda e lazer, conforme Nogueira (1999).

Desde então, diversos periódicos foram criados e encerrados no Amazonas, mas dois deles se mantêm como os principais veículos impressos no estado, A Crítica e o Diário do Amazonas. O jornal A Crítica, fundado em 1949, por Umberto Calderaro Filho, trouxe um enfoque maior para as demandas da população, mas

também promovendo determinados segmentos da elite econômica. O Diário do Amazonas, idealizado pelo empresário Cassiano Anunciação, começou a circular em 1986, no período de redemocratização da política brasileira, marcando uma abordagem mais popular na cobertura jornalística.

Devido ao prestígio e credibilidade destes dois periódicos na imprensa amazonense, nos atentamos para suas coberturas sobre eventos climáticos extremos no Amazonas, como veremos na próxima seção. Tomamos por base o estudo já realizado e publicado sobre a temática (RODRIGUES, 2017). Mas, neste artigo, repercutimos e direcionamos a reflexão no sentido da percepção de ressonâncias ideológicas, construídas na historicidade, e que conseqüentemente interferem na qualidade da informação. Por isso, antes de enfocarmos aspectos do jornalismo ambiental, configuramos um panorama contextual entre processos socioculturais e comunicacionais em ambientes amazônicos. Tal contextura, nos permitiu uma leitura crítica e uma

compreensão dialógica desta rede processual.

4. Conhecimento e informação de qualidade: desafios do jornalismo ambiental e científico na Amazônia

Cientistas do mundo inteiro concentram esforços para compreender as causas e consequências das mudanças climáticas e os desafios para o futuro do planeta. Entre as grandes preocupações, as atenções voltam-se para a conservação da biodiversidade, os centros urbanos, oscilações na economia, incógnitas sobre a produção de alimentos, impactos na saúde e qualidade de vida dos seres humanos.

Diante das dificuldades de reverter muitos efeitos nocivos destas transformações, a tendência é trabalhar no sentido de resiliência e mitigação. Especialistas acreditam que é preciso disseminar planos estratégicos de adaptação, fomentar intervenções humanas conscientes e manejos naturais sustentáveis para minimizar os impactos negativos ao ambiente. Devido à

complexidade desta temática, não vamos entrar em pormenores teóricos e aspectos técnicos acerca do assunto. Porém, partimos do fato, constatado pelas principais redes de pesquisa desta área, que fenômenos ambientais extremos (em termos de calor/frio ou secas/inundações) são observados com mais intensidade, sobretudo nas últimas cinco décadas em todos os continentes.

A urbanização e industrialização, o desmatamento e as mudanças de uso da terra, e o aquecimento global (causado pela emissão de gases poluentes na atmosfera), tem interferido na distribuição das chuvas no mundo inteiro. Na Amazônia, eventos climáticos extremos (secas e enchentes), são cada vez mais frequentes. As populações mais afetadas são as que moram às margens dos rios. Os ecossistemas naturais também são alterados com o desequilíbrio do ciclo das águas, "indicando alterações da frequência de ocorrência de extremos nessa região", conforme Nobre e Marengo (2017, p.17).

Com base em projeções, cientistas

apontam que até 2100, existe a possibilidade da temperatura aumentar em até 6° e o volume de chuvas diminuir em 30% na Amazônia. Poderá haver problemas de fornecimento de água para a população, na qualidade do ar, disseminação de doenças, colapso na produção agrícola e na geração de energia elétrica, extinção de espécies, além de crises sociais associadas à migração de populações. Nobre e Marengo (2017, p. 19), salientam que “as variações de longo prazo observadas no clima e na hidrologia têm impactos na saúde, ecossistemas, populações em áreas vulneráveis, agricultura familiar, assim como na economia e nos riscos de desastres naturais”.

As secas na Amazônia em 2005, 2010 e em 2016 têm tido um grande impacto na saúde da população, devido ao efeito da fumaça e a problemas no transporte de alimento e combustível às populações ribeirinhas, mas também têm aumentado grandemente a liberação de CO₂ na atmosfera, alterando o ciclo de carbono nos anos de seca (NOBRE; MARENGO, 2017, p. 20).

Diante destas constatações, as

mudanças climáticas devem ser analisadas por um prisma interdisciplinar, considerando aspectos sociais, culturais, ambientais e tecnológicos. É preciso incluir a temática nas discussões nacionais sobre economia e políticas públicas do clima. Nobre e Marengo (2017), apontam que no Brasil os meios de comunicação, geralmente, colocam a responsabilidades dos problemas para esferas internacionais e não assumem questões antrópicas, como por exemplo a sistemática que envolve o setor produtivo da carne. Especialmente, em áreas onde há fortes interesses econômicos, políticos e culturais contra uma mudança de paradigma de desenvolvimento.

Os estudos científicos, além de estratégicos para o monitoramento ambiental, devem ser balizadores de políticas públicas adequadas, principalmente para atender as populações mais vulneráveis, a fim de possibilitar não o mero assistencialismo, mas fomentar estratégias democráticas no planejamento e nas decisões de adaptação diante dos eventos climáticos

extremos, que deverão ser cada vez mais “frequentes e intensos”, conforme Nobre e Marengo (2017, p. 49).

Por isso, é necessário cada vez mais esforços no intuito de gerar conhecimentos e informações qualificadas para promover ações de desenvolvimento social e econômico sustentável, tendo em conta inúmeras possibilidades de vulnerabilidades, impactos e adaptações nas relações do ser humano, suas atividades e o ambiente. Nesse sentido, o jornalismo configura-se como um agente mediador, entre os resultados de produções científicas e a divulgação dessas informações para a sociedade. O desafio é tentar driblar as imposições políticas, ideológicas, econômicas, editoriais, sensacionalistas ou do senso comum para cumprir seu compromisso social e ético.

A cobertura jornalística sobre eventos climáticos extremos na Amazônia, frequentemente, caracteriza-se pelo despreparo dos profissionais na abordagem dos fatos. Muitas vezes distorcem previsões e teorias científicas

ou desconsideram os conhecimentos e estratégias de adaptação das populações mais afetadas pelo efeito das cheias e vazantes dos rios. Conseqüentemente, as informações passadas ao público são prejudicadas pela imprecisão e até pelo sensacionalismo. Nesse contexto, há também a coadunação de pressões políticas, econômicas e o interesse de ONGs internacionais, haja vista, numa perspectiva expandida, que tais fenômenos geralmente são postos como consequência do desmatamento e do aquecimento global.

A qualidade informativa da cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa de Manaus apresenta uma série de controvérsias e distorções em reportagens jornalísticas publicadas em 2005 e 2010, anos de vazante extrema na região¹⁴. Isto é

¹⁴Na Amazônia o ciclo das águas é regularmente definido entre o período da chuvas (inverno) e período de seca (verão). O monitoramento hidrológico do nível do Rio Negro é feito desde 1902, conforme os dados, o pico da cheia ocorre entre junho e julho, já a vazante, quando as águas baixam e o rio volta ao seu leito normal, entre outubro e novembro. Em 2005 e em 2010 foram registradas vazantes extremas, muito acima da

apontado em estudo documental, a partir da análise de conteúdo e discurso em reportagens dos jornais A Crítica e Diário do Amazonas, aliado a entrevistas em profundidade, feitas com jornalistas envolvidos nas coberturas, fontes citadas nas reportagens e leitores (RODRIGUES, 2017).

A pesquisa articulou-se por cinco categorias de análise: precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização. No quesito precisão, foi analisada a veracidade das informações e o compromisso ético do jornalismo. Na categoria independência, problematizou-se a isenção da cobertura frente ao poder público. Em pluralidade, foi verificado o espaço dado às fontes ouvidas nas

média (PEREIRA et al., 2017). Os fenômenos foram amplamente divulgados pela imprensa local, nacional e internacional, sobretudo pelo fato da Amazônia estar na agenda mundial e os fenômenos naturais remeterem a impactos ambientais e sociais (RODRIGUES, 2017). Reforça-se a ciência analisa as mudanças climáticas no longo prazo, considerando que o planeta já passou por inúmeras transformações climáticas naturais. Contudo, as mudanças ocorridas nas últimas décadas decorrem de ações humanas na interferência de ambientes naturais (NOBRE; MARENGO, 2017).

reportagens. Na categoria contextualização, buscou-se observar como a cobertura caracterizou as causas e consequências do fenômeno e suas implicações socioculturais, políticas, econômicas e ambientais. Em sensibilização, o autor procurou detectar se além das informações factuais também houve a preocupação do jornalismo estar aliado à educação ambiental, no intuito de sensibilizar a população na tomada de decisões esclarecidas diante dos fatos.

A precisão foi prejudicada pela tendência das reportagens em se ater aos dramas sociais e ações governamentais, negligenciando a abordagem de suas causas, consequências e a prevenção de impactos futuros. Já "a independência das coberturas se viu sitiada pelas relações inconfessáveis entre governos e veículos de comunicação [...] e pela falta de preparo dos jornalistas envolvidos para contrapor os discursos oficiais" (RODRIGUES, 2017, p. 189-190). Nesse sentido, as fontes oficiais do Estado originaram e validaram a maioria das informações publicadas e,

consequentemente, implicaram reflexos nas categorias pluralidade e contextualização.

Em razão disso, o cenário retratado pelas matérias ofereceu poucas possibilidades para a manifestação das várias vozes que poderiam tanto humanizar a cobertura quanto ampliar seu valor informativo. Sem diversidade das fontes para abastecer de sentidos o trabalho jornalístico, a maior parte dos textos deixou de fora a questão ambiental, a falta de políticas públicas que possam amenizar os impactos climáticos extremos, as possíveis causas dos fenômenos, a ausência do Estado nos municípios do interior do Amazonas e outros temas possíveis de debater ao longo de quatro meses de cobertura (RODRIGUES, 2017, p. 190)

Para os jornalistas entrevistados, estas tendências derivam da falta de infraestrutura, desafios logísticos na região e influências governamentais nas redações. No que tange à sensibilização da cobertura, o autor aponta que não houve engajamento do jornalismo como mediador do conhecimento científico para a sociedade. Portanto, sem “cumprir um papel educativo capaz de fornecer aos leitores uma visão do papel do Estado

e deles próprios diante das crises ambientais, cujos efeitos foram amplamente divulgados” (RODRIGUES, 2017, p. 191).

Assim, ao relacionarmos os resultados da pesquisa (RODRIGUES, 2017) com as reflexões sobre construções ideológicas sobre a Amazônia, no decorrer do processo sócio histórico, podemos associar suas interdependências e inter-relações como o que Pinto (2006, p. 13) chama de “viagem das ideias”, uma metáfora para explicar a formação do pensamento social sobre a Amazônia, como espaço natural e cultural, produzido e continuamente reinventado por um conjunto limitado de (pré) concepções, com “a capacidade de se imporem como o sistema de pensamento dominante, a partir do qual se passa a sentir, a agir e a perceber o mundo das coisas e dos homens”.

Considerações finais

Matrizes históricas, impressas por elites políticas, econômicas, culturais e

científicas, no fluxo de uma sucessão de processos socioculturais, engendrados em processos comunicacionais, disseminaram imaginários sobre a região amazônica, que se reconfiguram dependendo do contexto. Muitos deles, calcados em estigmas do exotismo e subdesenvolvimento, se mantêm na contemporaneidade, inclusive no jornalismo ambiental e na divulgação científica.

Desse modo, a Amazônia continua sendo caracterizada e percebida socialmente como o “outro” Brasil. Intrinsecamente, o jornalismo reforça ou naturaliza essa (re)produção do atraso em suas coberturas. Estas ressonâncias ideológicas (lidas nas entrelinhas das notícias) comprometem a independência e pluralidade deste segmento da comunicação, frente ao compromisso social com a contextualização, sensibilização, qualidade e precisão da informação.

Na esteira do desenvolvimento da sociedade capitalista e da ciência positivista, a humanidade procurou

dominar a natureza para usufruir de seus recursos. Hoje, esse modelo se mostra insustentável. Mesmo com todos os avanços científicos e possibilidades tecnológicas proporcionadas pelo poderio econômico, talvez não seja mais possível impedir os impactos negativos ao ambiente natural. Mas, da Amazônia, considerada um dos últimos oásis da terra, podem brotar estratégias que garantam a sustentabilidade das próximas gerações.

Os discursos jornalísticos ambientais produzidos na região precisam transcender o estigma da subalternização e da narrativa episódica. Pois, como apontam as entrelinhas do estudo sobre a cobertura de eventos extremos pela imprensa de Manaus (RODRIGUES, 2017), repercutido no presente artigo, o jornalismo ambiental amazônico precisa ser protagonista em face das questões ambientais. As notícias e reportagens precisam ser elucidativas, educativas e preventivas, no combate às iminências de grandes catástrofes. Essa postura militante e engajada do

profissional jornalista o tira das coberturas meramente informativas, episódicas, onde o jornalista chega (sempre atrasado) apenas para noticiar um desastre ambiental. Quando mais proveitoso seria para a sociedade, um jornalismo que refletisse sobre essa possibilidade e problematizasse sobre a questão frente a promoção de políticas públicas. Isso poderia inclusive salvar vidas em alguns casos.

Todas estas pistas nos apontam que ainda há muito a ser discutido. Por isso, é necessário problematizar os processos comunicacionais na e sobre a Amazônia pela compreensão de seus processos socioculturais e evitar a notícia-mercadoria ou o fato-sensação. A reflexão crítica pode ajudar a trazer à tona, no contexto prático, a sistematização de novas práticas jornalísticas e a divulgação de informações sem o invólucro pejorativo (do "outro" arcaico), em descompasso com o fluxo contemporâneo. É preciso fomentar a ideia de que a Amazônia não é periferia, mas está no centro de outros contextos

ambientais e socioculturais. E, que as soluções dos seus problemas podem ser pensadas a partir das perspectivas que emanam da própria Amazônia. E a partir daí, pautar a Amazônia em outros espaços jornalísticos além da cobertura limitada aos modelos hegemônicos.

Referências

ANTONY, Hildebrando. **O Jornal e o Diário da Tarde na Manaus porto de lenha dos anos 50**. Manaus: Universidade Nilton Lins, 2004.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CARVALHO JÚNIOR, Almir. **A invenção do índio da Amazônia na Viagem Filosófica**. Manaus: EDUA, 2011.

CASTRO, Fábio. **Sistemas de comunicação na Amazônia**. In: Revista Fronteiras- estudos midiáticos. São Leopoldo: Unisinos. Vol. 14, Nº 3, p. 179-191, 2012.



ISSN nº 2526-8031

Vol. 2, n. 2, Mai-Ago. 2018

COLFERAI, Sandro Adalberto. **Um jeito amazônica de ser mundo.** A Amazônia como metáfora do ecossistema comunicacional: uma leitura do conceito a partir da região. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2014.

COSTA, Vânia. **À sombra da floresta:** os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Tese (Doutorado em Comunicação). Niterói: UFF, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** Manaus: Valer, 2007.

LOPES, Rafael de Figueiredo. **A representação da Amazônia em visualidades contemporâneas.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Manaus: UFAM, 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

MUNARO, Luis Francisco. **As mídias e a modernidade no início do século XX amazônico.** Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 97-119, ago. 2017.

NOBRE, Carlos; MARENGO, José (orgs). **Mudanças climáticas em rede:** um olhar interdisciplinar. São José dos Campos: INCT, 2017.

NOGUEIRA, Luiz Eugênio Negreiros. **O rádio no país das Amazonas.** Manaus: Editora Valer, 1999.

PACHECO, Alexandre. **O discurso histórico interpretativo de Leandro Tocantins.** In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (org.). Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. Ouro Preto: UFOP, 2008.

PEREIRA, Henrique dos Santos. et al. **Percepção de eventos hidrológicos extremos por populações ribeirinhas afetadas da Amazônia Central.** Anais XIX REALP- Encontro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa. Fortaleza: UFC, 2017.

PINTO, Renan Freitas. **A viagem das ideias.** Manaus: Valer, 2006.

PIZARRO, Ana. **Amazônia:** as vozes do rio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros:** a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins.** Manaus: Valer, 2015.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto. **Jornalismo e meio ambiente na Amazônia:** a cobertura de eventos



ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus. Manaus: EDUA, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial, e pra além de um e outro.** Anais do VIII Congresso Afro-luso-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas.** Manaus: Editora Valer, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida** - uma interpretação da Amazônia. Manaus: Valer/Edições Governo do Estado, 2000.